



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 226 / GABI / 2022

Ponte Nova, 6 de abril de 2022.

À Sua Excelência o Senhor  
Antônio Carlos Pracadá de Sousa  
Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova  
Ponte Nova – MG

**Assunto: Resposta ao ofício nº 180/2022/SAPL/DGRI.**

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



PROTOCOLO GERAL 402/2022  
Data: 07/04/2022 - Horário: 16:47  
Administrativo

Senhor Presidente:

Em resposta referente ao **Of. 180/2022/SAPL/DGRI - Requerimento nº 58/2022**, protocolada sob o nº 259/2022, de autoria do Vereador Wellerson Mayrink de Paula, solicitando informar:

I - valor do adiantamento de despesas de viagem passando atualmente aos motoristas lotados na SEMSA – Segue anexo o Decreto nº 12.755/2017, que regulamenta o pagamento de adiantamento aos motoristas para os casos de Tratamento Fora de Domicílio – TFD, nos termos do artigo 9º da Lei Municipal nº 4.142/2017 e dá outras providências.

II - Esclarecendo também há quanto tempo o valor não é reajustado, informamos que o último aumento foi através do Decreto Municipal nº 10.755/2017;

III - se há diferença no valor em caso de viagem interestadual, e qual o procedimento utilizado quando o retorno do motorista não ocorre no mesmo dia. **Sim, conforme Decreto Municipal nº 10.755/2017, art. 1º, inciso I e II.**

Atenciosamente,

  
**Wagner Mol Guimarães**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECRETO Nº 10.755 / 2017**

Regulamenta o pagamento de adiantamento aos motoristas para os casos de *Tratamento Fora de Domicílio – TFD*, nos termos do artigo 9º da Lei Municipal nº 4.142/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o inciso VI do art. 129 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO a vedação de pagamento de diárias aos motoristas;

CONSIDERANDO a possibilidade do Poder Público Municipal custear as despesas de hospedagem e deslocamento dos motoristas nos casos de afastamento intermunicipal;

CONSIDERANDO que as demandas para Tratamento Fora de Domicílio (TFD) são prestadas em casos excepcionais, não sendo possível mensurar, com antecedência, a quantidade de viagens a ser realizada pelos motoristas;

CONSIDERANDO que as demandas para Tratamento Fora de Domicílio (TFD) são prestadas em caráter de urgência, para atender demandas envolvendo o direito à saúde;

CONSIDERANDO a previsão do artigo 9º da Lei Municipal nº 4.142/2017 que permite a liberação de adiantamentos nos casos de emergência, cujo valor ficará a critério do Prefeito Municipal ou do Responsável pela Secretaria Municipal da Fazenda;

CONSIDERANDO o artigo 5º, inciso IV da Lei Municipal nº 1.780/1992, que permite o regime de adiantamento para pagamento de despesa que tenha de ser efetuada em lugar distante da sede da Administração Municipal ou em outro Município;

CONSIDERANDO que o TFD visa atender serviços que não podem ser interrompidos, nem mesmo aguardar a tramitação para criação ou alteração legislativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido o regime de adiantamento aos motoristas para o custeio das despesas de alimentação e hospedagem nos casos em haja a necessidade de deslocamento intermunicipal para tratamento fora de domicílio (TFD), nas seguintes termos:

I – quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as despesas de alimentação, por dia, havendo ou não pernoite;

II- A quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para as despesas de hospedagem, por dia, quando houver pernoite;

II – possibilidade de reembolso, nos casos em que forem realizadas despesas imprevisíveis, desde que devidamente comprovadas pelo servidor;

Av. Caetano Marinho, 306 – Centro – Ponte Nova/MG – CEP 35430-001 – Telefax: (31) 3819-5454

**AFIXADO NO SAGUÃO**

CM

/ /



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º A depender de cada caso, considerando as circunstâncias peculiares de cada viagem e a critério da Administração Pública, poderá o Município adiantar valores superiores ao previsto nos incisos acima.

Art. 2º- As requisições de adiantamentos serão feitas pela Secretária Municipal de Saúde ao Secretário Municipal da Fazenda, mediante ofício, que conterão necessariamente as seguintes informações:

II- identificação da espécie da despesa, mencionando o inciso do art. 1º no qual ela se classifica;

III – nome completo do motorista responsável pelo adiantamento;

IV- o número da conta bancária do motorista que receberá o adiantamento;

V – dotação orçamentária a ser onerada;

VI – o prazo final para aplicação.

Art. 3º O adiantamento será disponibilizado quinzenalmente, de acordo com a requisição e na conta bancária do servidor, para aplicação no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º Deverá ser informado ao motorista sobre o seu dever de prestar contas e de devolver eventual valor não utilizado à Administração Pública, momento em que a autoridade competente recolherá a assinatura do servidor, como forma de demonstrar a sua aquiescência quanto à sua obrigação.

Art. 4º O servidor exigirá o correspondente comprovante para cada pagamento efetuado: nota fiscal ou cupom fiscal.

§1º Os comprovantes serão sempre emitidas em nome da Prefeitura Municipal, quando cabível, devendo constar a data e o horário da despesa, bem como conter a assinatura do motorista.

§2º Os comprovantes de despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas, em hipótese alguma, segundas vias, ou outras vias, cópias xérox, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

Art. 5º O saldo de adiantamento não utilizado será entregue pelo motorista à Tesouraria da Prefeitura mediante depósito em conta bancária específica.

§1º O prazo para o motorista prestar contas e efetuar a devolução do saldo não utilizado será de 3 (três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação, devendo, para tanto, apresentar os relatórios de prestação de conta juntamente com o comprovante de devolução, quando houver.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 6º. Os processos de adiantamentos terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 7º Para os adiantamentos previstos neste decreto, aplica-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Municipal nº 1.780/92.

Art. 8º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 10 de novembro de 2017

  
**Wagner Mol Guimarães**  
**Prefeito Municipal**

  
**Fernando Antônio de Andrade**  
**Secretário Municipal de Governo**

O presente Decreto foi afixado no Saguão  
da Prefeitura em 10/11 /2017.





## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

### LEI MUNICIPAL Nº 4.142/2017

Dispõe sobre o pagamento de diárias para suportar despesas de viagem dos agentes públicos municipais.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O servidor da Administração Direta e Indireta que se afastar do município em caráter eventual ou transitório por motivo de serviço, para participação em eventos ou cursos de capacitação profissional, fará jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com hospedagem, alimentação e transporte urbano.

§ 1º Equipara-se a servidor para fins do disposto nesta Lei, o representante de outra instituição ou da sociedade civil que integre órgão ou conselho municipal, assim como o prestador de serviços técnicos especializados, que houver que se deslocar para outra localidade, quando e exclusivamente a serviço ou no interesse do Município, nas seguintes hipóteses:

I – para participação em eventos ou cursos de capacitação e aperfeiçoamento, afetos às funções do órgão ou conselho, desde que:

a) a participação não seja custeada pela instituição promotora do evento, não admitido o pagamento de diárias para participantes excedentes ao número de vagas disponibilizadas para o órgão ou conselho municipal;

b) a indicação do participante seja realizada em assembleia do órgão ou conselho; e

c) haja rodízio sistemático entre os indicados pela assembleia, certificada em ata de reunião em que se realizou a indicação.

II – para apresentação ou defesa de projetos ou propostas técnicas junto a órgãos de fiscalização, controle ou de deliberação, inclusive de caráter ambiental, quando as despesas de deslocamento e hospedagem não constituam objeto do contrato de prestação de serviços e a participação do técnico no evento seja imprescindível, devidamente justificada pelo secretário responsável;

§ 2º Não se aplica o disposto no inciso II, do § 1º deste artigo, quando por sua natureza, a defesa do projeto ou da proposta constitua objeto natural dos

35,00



## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

serviços a serem prestados, ainda que não previsto no edital de licitação ou no contrato.

§ 3º Além das diárias devidas pelo período de afastamento, o servidor fará jus ao recebimento das passagens intermunicipais, salvo quando fornecido pela administração meio próprio de transporte.

Art. 2º As diárias de viagem serão concedidas conforme o período de afastamento do servidor, sendo considerados como termos inicial e final para contagem do período de afastamento:

I – no caso de uso de veículo oficial, o horário da partida e o de retorno ao local de guarda, registrados no controle de utilização do veículo;

II - no caso de uso de veículos locados ou fretados, o horário da partida e o de retorno do veículo ao ponto oficial de referência;

III - em viagens nacionais por meio de transporte rodoviário, o horário de embarque no local de origem constante no comprovante de passagem e o horário de desembarque no retorno ao local de origem oficialmente considerado pela concessionária de transporte público;

IV - em viagens por meio de transporte aéreo, o horário de desembarque no local de destino e o horário de embarque no retorno ao local de origem, constantes no cartão de embarque.

Parágrafo único. Quando forem utilizados meios mistos de transporte, os termos inicial e final de afastamento serão considerados cumulativamente, vedada a sobreposição de períodos.

Art. 3º As despesas de viagens dos servidores serão pagas por um dos seguintes critérios:

I - pelos valores referenciais constantes da tabela anexa a esta Lei, observado o respectivo destino;

II - pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização, nos casos de emergência em que não for possível o adiantamento previsto no artigo 9º desta Lei, vedada indenização em valores superiores aos constantes da tabela do anexo único desta Lei;

III - pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão de despesas;

IV - por meio de utilização do contrato com agência de viagem, celebrados com base na legislação vigente, não podendo neste caso:



## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

a) os gastos com alimentação e pousada serem superiores aos valores que seriam devidos ao servidor pelo sistema de diárias;

b) serem concedidas diárias diretamente ao servidor, e os valores das diárias de hotel e alimentação deverão respeitar os valores aplicados ao caso, previstos na tabela constante do anexo único desta lei.

Parágrafo único. Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e despesas equivalentes.

Art. 4º As diárias serão integrais ou proporcionais, considerada a localidade de destino e o período de afastamento, sendo:

I – diárias integrais, com base nos valores constantes do anexo único desta Lei, quando:

a) o servidor se afastar por período igual ou superior a doze horas e inferior a vinte e quatro horas e se fizerem necessárias despesas de hospedagem devidamente comprovadas por meio de documentos fiscais válidos;

b) o servidor se afastar por período igual ou superior a vinte e quatro horas, dispensada a comprovação de despesas de hospedagem.

II – diárias proporcionais, em percentuais dos valores constantes do anexo único desta Lei, considerados os seguintes critérios:

a) 50,0% (cinquenta por cento) para cada período de afastamento igual ou superior a doze horas e até vinte e quatro horas, quando:

1) houver alimentação ou pousada gratuitas incluídas em evento para o qual o servidor esteja inscrito;

2) quando a viagem exigir apenas alimentação e deslocamentos urbanos no local de destino;

3) quando não houver comprovação de despesas com hospedagem, nos termos da alínea “a” do inciso I, deste artigo;

a) 30,0% (trinta por cento), quando o período de afastamento for igual ou superior a dez horas e inferior a doze horas;

b) 25,0% (vinte e cinco por cento), quando o período de afastamento for igual ou superior a seis horas e inferior a dez horas.

Art. 5º É vedado o pagamento de diárias, em cada mês, em montante superior aos seguintes percentuais:



## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

I – 50% dos subsídios ou vencimentos mensais equivalentes ao valor de dois salários mínimos ou menos do que dois salários mínimos;

II – 30% dos subsídios ou vencimentos mensais superiores ao valor equivalente a dois salários mínimos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, tratando-se de viagens para participação em cursos, seminários e outros eventos, o valor do montante das diárias poderá ultrapassar os percentuais acima e será autorizado previamente e devidamente fundamentado pela autoridade responsável, nos termos do parágrafo único do artigo 7º e § 1º do artigo 21 desta Lei.

Art. 6º É irregular a despesa de viagem realizada por servidor municipal que não se fizer acompanhar do respectivo comprovante.

§ 1º. No caso de motoristas e outras funções em que o deslocamento intermunicipal decorra das atribuições inerentes ao cargo, e de forma habitual, não serão devidas diárias, cabendo exclusivamente o reembolso das despesas de alimentação, pernoite e, quando for o caso, deslocamento.

§ 2º Ressalva-se do disposto no § 1º deste artigo, as hipóteses em que o servidor se deslocar para cursos, seminários e eventos afins, quando será devido o pagamento de diárias.

Art. 7º Para autorização de viagem o requisitante deverá apresentar os formulários de requisição de viagem devidamente preenchidos, datados e assinados, conforme regulamento, contendo no mínimo o destino, motivo de interesse público do deslocamento, datas e horários previstos para partida e retorno, e quantidade prevista de diárias.

Parágrafo único. Compete ao Prefeito Municipal a autorização da viagem quando os solicitantes forem secretários municipais ou equivalentes e assessores diretos, permitida a delegação, e aos Secretários Municipais, nos demais casos.

Art. 8º Para ser processada em tempo hábil, a requisição de diária, nos termos do art. 7º desta Lei, deverá ser recebida pela Secretaria Municipal de Fazenda com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para saída, ressalvando-se o disposto no art. 11 desta Lei e os casos de urgência.

Art. 9º Nos casos de emergência, devidamente justificados, será liberado o adiantamento de numerário cujo valor ficará a critério do Prefeito Municipal ou do responsável pela Secretaria Municipal de Fazenda.



## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 10. As diárias de viagem serão empenhadas previamente e os recursos serão liberados ao servidor antes da sua viagem.

Art. 11. No caso da não utilização de veículos oficiais, fica autorizada a aquisição de passagens ou a utilização de veículos locados ou fretados pelo ente público, com observância dos seguintes requisitos:

I – o servidor deverá informar no formulário de autorização de viagem, além dos dados previstos no art. 7º, seus dados pessoais de CPF, RG, endereço residencial e telefone, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, para aquisição das passagens para deslocamento terrestre ou aéreo pelo setor competente, fretamento ou locação de veículos terrestres, de acordo com as normas legais;

II – a critério da Administração, poderá ser concedido ao servidor numerário para a aquisição de passagens ou pagamento de veículos fretados ou locados;

III – no caso dos incisos I e II deste artigo, as passagens e demais comprovantes de pagamentos serão anexadas à prestação de contas conforme art. 13 desta Lei.

Art. 12. Não são autorizadas viagens de servidor em veículos particulares, exceto veículos locados ou fretados, desde que seja exigida a contratação de seguros em favor do servidor e de terceiros.

Art. 13. Independentemente da forma de custeio, será obrigatória a apresentação do relatório de viagem em 2 (duas) vias, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o retorno do servidor, com a juntada das passagens, de suas cópias ou outros documentos comprovantes do pagamento, quando for o caso, relatório este emitido, datado e assinado pelo servidor beneficiário das diárias.

§ 1º. Tratando-se de viagens para cursos, seminários e eventos afins de capacitação do servidor, deverá acompanhar o relatório de viagem certificado de frequência emitido pela autoridade competente ou documento equivalente no qual conste expressamente o nome do servidor.

§ 2º Em qualquer caso, para fins de controle, o relatório de atividades deverá ratificar ou retificar as informações previstas no art. 7º desta Lei, nele constando expressamente o meio de transporte empregado.

Art. 14. O servidor que por qualquer motivo não se afastar da sede do município ou retornar antes do prazo previsto, fica obrigado a restituir os valores recebidos a título de diária e/ou de adiantamento, integralmente ou a parcela excedente, no prazo de 2 (dois) dias úteis.



## MUNICIPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 15. A não observância dos prazos previstos nos artigos 13 e 14 desta lei sujeitará o servidor a processo de tomada de contas especial, vedada a concessão de novas diárias ou qualquer tipo de adiantamento ao respectivo servidor enquanto a prestação de contas estiver pendente de aprovação.

Art. 16. Nos casos de glosa ou rejeição total ou parcial das contas, os valores não aprovados deverão ser recolhidos aos cofres públicos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a notificação do servidor, sob pena de aplicação do disposto no art. 15 desta Lei.

Art. 17. No caso de não restituição aos cofres públicos dos valores devidos, poderá a administração pública proceder ao desconto diretamente em folha, observados os limites estabelecidos pela legislação.

Art. 18. Havendo necessidade de prorrogação do afastamento do servidor, devidamente justificada em relatório circunstanciado e devidamente aprovado pelo respectivo secretário municipal, serão liberadas as diárias complementares.

Art. 19. É vedada a concessão de diárias relativas a sábados, domingos e feriados, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade.

Art. 20. Os valores fixados na tabela de valores de diárias serão atualizados periodicamente, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 21. Aplica-se o disposto nesta Lei, no que couber, aos servidores e agentes políticos do Poder Legislativo.

§ 1º A viagem será autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante visto e assinatura no formulário de requisição previsto no art. 7º desta Lei, que será elaborado pelo setor de compras e remetido ao setor de contabilidade.

§ 2º Aquisição de passagens, locação ou fretamento de veículos e reserva de acomodações serão providenciados pelo setor de compras, que remeterá os dados ao setor de contabilidade.

§ 3º O setor de contabilidade providenciará os empenhos e os remeterá ao setor de tesouraria para pagamentos de diárias e eventuais adiantamentos mediante cheque nominal e posterior conferência de comprovantes fiscais e da prestação de contas no prazo máximo de dois dias úteis após o retorno do servidor ou do agente político, com anexação dos comprovantes de despesas ao respectivo empenho.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**MUNICIPIO DE PONTE NOVA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 23. Revogam-se as disposições contrárias, em especial as Leis Municipais nº 2.990, de 06.10.2006; nº 3.420, de 22.03.2010; e 3.784, de 30.09.2013.

Ponte Nova, 31 de outubro de 2017.

**Wagner Mol Guimarães**

**Prefeito Municipal**

**Fernando Antônio de Andrade**

**Secretário Municipal de Governo**

- Autor (es): Executivo/ PL nº 3.560 aprovado em 31.10.2017

- Publicada em: 01/11/2017



**MUNICIPIO DE PONTE NOVA  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ANEXO ÚNICO**

**TABELA DE VALORES PARA DIÁRIAS**

<b>DESTINO</b>	<b>VALOR REFERÊNCIA</b>
Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro	R\$500,00
Capitais, inclusive Belo Horizonte e exceto Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro	R\$300,00
Municípios de Araxá, Caxambu. Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Ouro Preto, Patos de Minas, Tiradentes, Uberaba, Uberlândia e municípios de outros estados da Federação que não sejam capitais	R\$200,00
Demais municípios de Minas Gerais	R\$140,00